

## A fixação do sistema de marcação casual do português em Moçambique

A análise que aqui vou apresentar pretende dar conta de alguns mecanismos que parecem relevantes no processo de mudança linguística que ocorre no Português usado em Moçambique relativamente à norma europeia.

A minha hipótese tem os seguintes pressupostos básicos: (a) a construção da gramática de uma língua efectua-se a partir das evidências empíricas (n.1) proporcionadas aos aprendizes; (b) ao longo do processo de aquisição de uma dada língua, os falantes formulam gramáticas sucessivas, que partilham entre si o facto de serem sempre gramáticas 'possíveis', analisáveis no quadro das opções permitidas pela Gramática Universal (GU).

Estes pressupostos dizem respeito não apenas à aquisição da língua materna (L1), mas também de uma língua segunda (L2), isto é, considero que, nos dois tipos de situações, "a experiência é necessária para fixar os valores dos parâmetros da gramática nuclear ("core grammar")" [CHOMSKY 81:8] da língua a adquirir (L1 ou L2), e admito que as hipóteses formuladas pelos falantes constituem sempre opções permitidas pelas regras, princípios e parâmetros da GU. Assim, relativamente à aquisição da L1, conforme nota LIGHTFOOT 81:179, "as gramáticas da criança parecem ter o carácter que os linguistas esperam", não se encontrando "exemplos de regras 'não linguísticas'

("unlinguistic", (n.2)) nessas gramáticas". WHITE 87:240 considera, por seu lado, que "os princípios universais estão crucialmente envolvidos" no processo de aprendizagem de uma L2 e admite a possibilidade de "demonstrar que a GU é relevante para a aquisição de L2".

A diferença crucial entre o processo de aquisição de L1 ou L2 deverá então residir no **estádio inicial** a partir do qual os indivíduos fixam os valores específicos dos parâmetros da gramática nuclear da língua-alvo (L1 ou L2). Ainda de acordo com CHOMSKY 81:8, "a criança acede [à tarefa de aquisição da L1] equipada com a GU e uma teoria da marcação associada", ao passo que, quando se trata de uma L2, pode admitir-se, com PHINNEY 87:236, que "o estágio inicial da aquisição da L2 é o da L1".

Tendo em consideração que a aprendizagem do Português em Moçambique se produz tipicamente num quadro geral de bilinguismo, em que os falantes têm como língua materna uma língua do grupo banto, ao procurar estabelecer a gramática nuclear do Português deste tipo de falantes, assumo os pressupostos acima enunciados da seguinte forma:

- (i) a gramática nuclear do Português é estabelecida a partir dos dados empíricos providenciados por esta língua;
- (ii) o estágio inicial dos falantes para a aquisição do Português é uma língua do grupo banto;
- (iii) a gramática nuclear do Português definida pelos falantes é a gramática possível de uma língua, isto é,

não permite escolhas contraditórias no processamento do discurso.

Por conseguinte, de acordo com esta situação, pode estabelecer-se que, em Moçambique, as evidências empíricas do Português são inicialmente analisadas pelos falantes a partir dos valores dos parâmetros fixados nas línguas bantas, isto é, conforme PHINNEY 87:226, o aprendiz "começa com os valores ("settings") de L1 e generaliza-os para L2". No caso dos valores de os parâmetros de L1 e L2 serem diferentes, é natural que se produzam interpretações inadequadas das evidências fornecidas pela língua-alvo, neste caso o Português.

Esta constitui pois a base fundamental para a minha abordagem das alterações, relativamente à norma europeia, que se observam no discurso, oral e escrito, produzido em Português por falantes moçambicanos que usam esta língua no seu quotidiano socio-profissional (e até familiar).

Nesta comunicação, gostaria de apresentar um caso exemplar que permite verificar de que forma esta perspectiva descritiva pode providenciar a correcta captação, pelo linguista, da gramática dos aprendizes de uma dada língua, nomeadamente a gramática do Português em Moçambique. Vejam-se, a título de exemplo, as seguintes frases (n.3):

- (1) a. "A Boutique Salão de Cabeleireiro Mendes comunica os seus estimados clientes que reabriu as suas portas" (in jornal Notícias, 7.06.88) (...comunica aos seus estimados clientes...)

- b. "Demonstrando [as outras mulheres] [o papel do destacamento] (CO) (... às outras mulheres...)
- c. "Os dois forma escondidos a necessidade" (CO)
- (2) a. "O professor alerta aos alunos". (CO) (...alerta os alunos)
- b. "O Ministro da Educação exortou aos encarregados de educação para acompanharem os seus filhos". (Televisão, 01.05.88) (...exortou os encarregados de educação a acompanharem...)
- c. [Se] "não se casam é porque existe qualquer circunstância que lhes impede" (CO)

Como se pode observar, em todas estas frases se verificam alterações no comportamento sintáctico de constituintes com a função gramatical (FG) de objecto indirecto (OI) e de objecto directo (OD): em (1a e b) está suprimida a preposição a que rege tipicamente o constituinte OI na variante europeia, e na frase (1c), ocorre uma passiva 'dativa', em que o argumento OI ocupa a posição de sujeito; em (2a e b), foi inserida a preposição a junto de constituintes OD; em (2c) o clítico dativo lhe está associado à posição sintáctica de OD.

A ocorrência deste tipo de frases parece indicar que a gramática dos falantes de Português em Moçambique permite escolhas incoerentes e mesmo

"contraditórias", uma vez que, segundo (1a e b), a preposição a é suprimida junto de argumentos OI e, por outro lado, em (2a e b), a 'mesma' preposição é inserida junto de constituintes OD. Além disso, conforme (2c), verifica-se que é permitida a cliticização de argumentos preposicionais (isto é, a cliticização em lhe do constituinte OD, que aparece tratado em (2a e b) como SP).

Contudo, uma tal análise anularia os pressupostos acima enunciados, dado que implicaria que a gramática do Português usada em Moçambique está regulada por princípios não articulados entre si. Deve pois ser possível uma outra descrição das realizações dos falantes.

Assim, adoptando uma outra perspectiva, pode verificar-se que, em todas estas frases, foram alterados os mecanismos típicos da marcação casual dos argumentos com a FG/OI e OD da variante europeia, uma vez que:

- os constituintes das frases (1a e b), os seus estimados clientes e as outras mulheres, recebem Caso estrutural dos verbos comunicar e demonstrar respectivamente (e não da preposição a, que tipicamente os rege e marca casualmente);
- em (1c), a ocupação do lugar de sujeito pelo OI de esconder indica que este constituinte recebe Caso acusativo do verbo, tendo pois sido afectado pela aplicação da morfologia passiva;
- os constituintes das frases (2a e b), os

alunos e os encarregados de educação, aparecem regidos e marcados casualmente pela preposição a (e não recebem Caso estrutural dos verbos que os subcategorizam, alertar e exortar);

- em (2c), é usada a forma lhes do clítico, em que se exhibe morfologicamente o Caso dativo, num contexto em que o clítico está associado à posição sintáctica de OD, subcategorizada pelo verbo impedir (pelo que deveria ter sido usada a forma acusativa, os).

Sabendo que:

- as línguas podem variar relativamente ao valor atribuído aos "parâmetros gerais da Teoria do Caso, como seja quantos Casos de que tipo os verbos de uma dada língua podem atribuir." [BAKER 88:167],
- e "quando um falante muda de um valor de parâmetro para outro, deveriam encontrar-se modificações relacionadas em todas as estruturas subordinadas ('subsumed') a esse parâmetro" [WHITE 87:242],

pode supor-se que a motivação dos falantes para fixarem de forma diferente o valor de um parâmetro da Teoria do Caso em Português decorre plausivelmente de diferenças entre esta língua e a sua língua materna quanto à forma como esse parâmetro está fixado.

Com efeito, conforme procurarei demonstrar, as diversas alterações apresentadas, que se registam na marcação casual dos constituintes OI e OD, podem ser

encaradas como constituindo consequências 'visíveis', decorrentes da modificação do valor de um único parâmetro da gramática do Português europeu.

Por conseguinte, excluída a hipótese de existência de contradições ou paradoxos na gramática do Português usada em Moçambique, pode iniciar-se uma pesquisa orientada para a descoberta dos mecanismos que legitimam as construções acima exemplificadas. Visar-se-á em primeiro lugar o conhecimento da forma como está fixado, nas línguas bantas por um lado e no Português europeu por outro, o parâmetro da Teoria do Caso de que decorre o número e o tipo de Casos atribuídos pelos verbos. Apresentarei em seguida a minha hipótese sobre a forma como são captadas as evidências do Português europeu por falantes que têm como L1 uma língua banta, com vista à apresentação do sistema de marcação casual do Português em Moçambique. Esta abordagem dará a conhecer um valor de parâmetro da gramática usada pelos falantes e, ao mesmo tempo, permite confirmar a metodologia de análise decorrente dos pressupostos acima enunciados.

Nas línguas bantas (n.4), o seu sistema de marcação casual parece estar directamente associado à existência das chamadas 'construções aplicativas', nas quais os verbos se apresentam morfologicamente complexos, construídos com um sufixo. BAKER 88 atribui a estes sufixos um estatuto análogo ao das preposições 'standard' e trata as construções aplicativas como casos de incorporação da preposição. Vejam-se os seguintes exemplos em Tsonga, uma língua banta de Moçambique:

- (3) a. Mudyondzi a yivile [tibuku].  
Lit. Aluno roubou livros.

b. Mudyondzi a yivelile [mudyondzisi]  
[tibuku].

Lit. Aluno roubou a professor livros.

c. Mudyonzisi a yiveliwile tibuku.  
Lit. Professor foi roubado livros.

Do ponto de vista da marcação casual, e adoptando a perspectiva de BAKER 88, pode considerar-se que, numa frase como (3a), o SN tibuku ("livros") recebe Caso estrutural do verbo simples -yiva. Quanto à frase (3b), em que ocorre o verbo aplicativo -yivela (= -yiv + -el-), considera-se que este verbo atribui ao SN mudyondzisi ("professor") Caso estrutural e o SN tibuku ("livros") recebe Caso inerente desse mesmo verbo. A frase (3c) confirma a legitimidade desta interpretação, uma vez que, por efeito da aplicação da morfologia passiva, o SN mudyondzisi ("professor") deixa de receber Caso acusativo, passando a ocupar a posição de sujeito.

Por conseguinte, de acordo com estes exemplos, verifica-se que o sistema de marcação casual das línguas bantas permite a atribuição de "Caso inerente a uma argumento tema/paciente em estrutura-P, além do Caso estrutural normal" [BAKER 88:266]. Isto significa que, nestas línguas, o constituinte marcado com Caso inerente em estrutura-P não necessita de receber Caso em estrutura-S, donde decorre a legitimidade das construções aqui exemplificadas, de duplo objecto assim como de passivas 'dativas'.

Quanto ao Português europeu, e postos de parte os aspectos não relevantes para esta análise, parece possível estabelecer que este pertence ao grupo de línguas que só admite a atribuição de um Caso



estrutural pelo verbo e exige que argumentos marcados com Caso inerente recebam Caso estrutural em estrutura-S. Exemplos:

- (4) a. O aluno roubou [livros] [ao professor].  
b. \*O aluno roubou [livros] [professor].  
c. \*O aluno roubou [professor] [livros].  
d. \*O professor foi roubado livros.

Na frase (4a), pode considerar-se que o verbo roubar atribui Caso estrutural acusativo ao SN livros e, por outro lado, dado o sistema casual do Português, a fim de legitimar a presença do SN/OI, o professor, em estrutura-S é obrigatório o emprego da preposição a, que rege e marca casualmente este constituinte. Desta forma, conforme mostra a agramaticalidade das frases (4b e c) - e independentemente da posição do OI em estrutura de superfície: após o SN/OD em (4b), ou adjacente ao verbo em (4c) - ficam excluídas nesta língua as construções de duplo objecto, que contêm dois SNs na projecção máxima de V, assim como as passivas dativas (vide agramaticalidade da frase (4d)).

Estes são pois os dois sistemas de marcação casual - aqui apresentados de uma forma muito abreviada - que devem conhecer os aprendizes de Português que têm uma língua banta como língua materna. Dado que, conforme assumi anteriormente, "o estado inicial na aquisição de L2 é o de L1" [PHINNEY 87:236], proponho examinar em seguida os dados relativos à marcação casual dos argumentos internos, OD [+ HUM] e OI, dos verbos da variante europeia, tomando como base

o sistema de marcação casual das línguas bantas, já adquirido pelos aprendizes de Português/L2.

Tendo em conta o tipo de frases observáveis no discurso produzido em Moçambique, pode admitir-se que, para estes falantes, as evidências proporcionadas pelo Português europeu relativamente à atribuição casual a argumentos com a FG/OI, nomeadamente o papel da preposição a como marcador casual obrigatório, sejam reanalisadas no quadro do sistema de marcação casual da sua L1.

Assim, dado que:

- nas línguas bantas são legítimas as construções de duplo objecto, nas quais, como se viu, um SN recebe Caso estrutural de verbo e o outro recebe Caso inerente;
- e, por outro lado, os constituintes OI do Português europeu são tipicamente [+ HUM],

pode supor-se que os falantes não interpretam a preposição a como um marcador casual, mas antes como um meio lexical associado a argumentos internos [+ HUM], quer estes tenham a FG/OI ou OD (n.5).

Desta forma, pode admitir-se que deixa de ser relevante a realização lexical da preposição a junto do OI, passando a aceitar-se a possibilidade da sua incorporação no verbo, tal como acontece nas línguas bantas. Por conseguinte, para estes falantes, os constituintes OI e OD [+ HUM] do Português europeu parecem ser equiparados semanticamente e a preposição a constitui o instrumento lexical que assinala, estruturalmente, essa equiparação semântica. Estes

argumentos são pois interpretados como um SP, cujo núcleo, a preposição a, pode ser incorporada no verbo.

Com base nesta hipótese, pode estabelecer-se que o sistema de marcação casual do Português em Moçambique tomou como modelo o sistema das línguas bantas, pelo que, na gramática deste tipo de falantes, o verbo atribui Caso inerente ao argumento Tema/Paciente, além do Caso estrutural normal. Desta forma, tornam-se possíveis as construções de duplo objecto assim como as passivas dativas (além de outros fenómenos que não serão aqui referidos a fim de não alongar demasiado esta comunicação).

Esta análise parece tanto mais plausível quanto permite dar conta das realizações dos falantes, apresentadas no início, e que serão agora reexaminadas à luz desta hipótese. Retomem-se em primeiro lugar as frases (1a-c):

- (5) a. "A Boutique Salão de Cabeleireiro Mendes comunica os seus estimados clientes que reabriu as suas portas" (in jornal Notícias, 7.06.88) (...comunica aos seus estimados clientes...)
- b. "Demonstrando [as outras mulheres] [o papel do destacamento] (CO) (... às outras mulheres...)"
- c. "Os dois foram escondidos a necessidade" (CO)

As frases (5a e b), em que os constituintes com a FG/DI do Português europeu ocorrem como SNs, podem agora ser interpretadas como casos, não de supressão da preposição a, mas como decorrendo da

incorporação desta preposição no verbo. De acordo com o sistema de marcação casual atribuído ao Português em Moçambique, estes constituintes recebem Caso acusativo do verbo: a frase passiva (5c), pode assim constituir a confirmação desta hipótese, uma vez que se verifica que ocupa o lugar de sujeito um SN que, na frase activa correspondente, receberia Caso estrutural acusativo.

Quanto aos casos em que é afectado o comportamento de constituintes OD [+ HUM] do Português europeu, observem-se de novo as frases (2a-c), anteriormente apresentadas:

- 6) a. "O professor alerta aos alunos". (CO)  
(...alerta os alunos)
- b. "O Ministro da Educação exortou aos encarregados de educação para acompanhar os seus filhos".  
(Televisão, 01.05.88) (...exortou os encarregados de educação a acompanhar...)
- c. [Se] "não se casam é porque existe qualquer circunstância que lhes impede"  
(CO)

Do ponto de vista dos falantes, e de acordo com a perspectiva aqui adoptada, nas frases (6a e b), não ocorreu - por razões que não cabem no âmbito desta análise - a incorporação da preposição a, que rege os constituintes [+ HUM]. A frase (2c), por seu lado, pode interpretar-se como uma confirmação da hipótese de equiparação dos constituintes OI e OD [+ HUM] do Português europeu, uma vez que se verifica o emprego da forma clítica lhe, tipicamente associada à posição sintáctica de OI, numa estrutura argumental em que, do

ponto de vista do Português europeu, existe uma posição de OD, subcategorizada pelo verbo impedir. No quadro da análise aqui proposta, o emprego desta forma clítica, associado a um OD [+ HUM], é perfeitamente esperável.

Pode pois considerar-se que o sistema de marcação casual atribuído à gramática do Português usado em Moçambique, permite interpretar adequadamente as evidências fornecidas pelos falantes.

Conforme se disse no início, contudo, não se trata aqui apenas de estabelecer os valores fixados para o parâmetro da Teoria do Caso, mas de procurar também encontrar, através de demonstrações deste tipo, a(s) via(s) adequada(s) à descrição da gramática nuclear das línguas. Neste sentido, penso ter deixado suficientemente evidenciada a importância do estágio inicial no processo de aquisição de uma língua, assim como o carácter possível das gramáticas formuladas pelos falantes, mesmo nos casos em que as suas realizações discursivas parecem reflectir escolhas 'contraditórias'.

## NOTAS

1 Incluo aqui os três tipos de evidências propostos por CHOMSKY 81:8: positiva e negativa directa ou indirecta.

2 Entre aspas no próprio texto.

3 Na sua maior parte, as frases de falantes moçambicanos citadas ao longo desta comunicação, são retiradas de um corpus oral (CO) e escrito (CE), que recolhi junto de alunos do Curso de Formação de Professores de 7<sup>ª</sup>, 8<sup>ª</sup> e 9<sup>ª</sup> Classes, da Faculdade de

Educação da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo (1986/87). No caso de citações retiradas dos meios de informação, é referido o órgão onde foram localizadas.

4 Na ausência de dados descritivos completos sobre as línguas bantas de Moçambique, parto do princípio de que a maior parte (ou mesmo a totalidade) partilham esta propriedade sobre as construções aplicativas.

5 Admito que esta reanálise das evidências do Português europeu seja viabilizada pelas propriedades intrínsecas desta variante (v.g. polivalência semântica e sintáctica do clítico dativo lhe). Não sendo possível incluir, nesta comunicação, uma argumentação orientada numa tal perspectiva, remeto para GONÇALVES, P. (88), onde apresento explicitamente esta hipótese sobre a variação linguística.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, M. (1988) Incorporation - A Theory of Grammatical Function Changing. Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- CHOMSKY, N. (1981) Lectures on Government and Binding. Dordrecht, Foris Publications.
- GONÇALVES, P. (1988) "Variação do Português por dentro do Português", comunicação apresentada no "1º Encontro da Associação de Universidades de Língua Portuguesa, in Revista Internacional de Língua Portuguesa, 1, Julho/89, p. 15-20.

LIGHTFOOT, D. (1981) The Language Lottery: Toward a Biology of Grammars. Cambridge, Mass., MIT Press.

PHINNEY, M. (1987) "The Pro-Drop Parameter in Second Language Acquisition", in ROEPER, T.; WILLIAMS, E. (eds.) (1987), p. 221-238.

ROEPER, T. e WILLIAMS, E. (1987) Parameter Setting. Dordrecht, Boston, Lancaster, Tokyo, D. Reidel Publishing Company.

WHITE, L. (1987) "A note on Phinney", in ROEPER, T.; WILLIAMS, E. (eds.) (1987), p. 239 - 246.

## O SISTEMA DE MARCAÇÃO CASUAL DO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

### EXEMPLOS

(1) a. "A Boutique Salão de Cabeleireiro Mendes comunica os seus estimados clientes que reabriu as suas portas" (in jornal Notícias, 7.06.88) (...comunica aos seus estimados clientes...)

b. "Demonstrando [as outras mulheres] [o papel do destacamento] (CO) (... às outras mulheres...)

- c. "Os dois forma escondidos a necessidade" (CO)
- (2) a. "O professor alerta aos alunos".  
(CO) (...alerta os alunos)
- b. "O Ministro da Educação exortou aos encarregados de educação para acompanharem os seus filhos".  
(Televisão, 01.05.88) (...exortou os encarregados de educação a acompanharem...)
- c. [Se] "não se casam é porque existe qualquer circunstância que lhes impede" (CO)
- (3) a. Mudyondzi a yivile [tibuku].  
Lit. Aluno roubou livros.
- b. Mudyondzi a yivelile [mudyondzisi] [tibuku].  
Lit. Aluno roubou a professor livros.
- c. Mudyonzisi a yiveliwile tibuku.  
Lit. Professor foi roubado livros.
- (4) a. O aluno roubou [livros] [ao professor].
- b. \*O aluno roubou [livros] [professor].
- c. \*O aluno roubou [professor] [livros].



d. \*O professor foi roubado livros.

Admitindo que a proposta sobre o sistema de marcação casual adoptado no Português usado em Moçambique permite explicar adequadamente as realizações dos falantes, e embora aceitando a importância que tem no estabelecimento deste sistema, a L1 dos falantes, esta análise não ficaria completa se não fosse aqui abordado um outro factor, que parece crucial neste processo.

Assim, considero que o processo de uniformização do tratamento morfológico e sintáctico dos constituintes OI e OD [+ HUM] do Português europeu, é relacionável não só com o facto de esta língua proporcionar evidências que, examinadas por falantes que têm uma língua banta como L1, permitem uma interpretação diferente daquela que lhes é conferida pela sua própria gramática, mas também deve relacionar-se com certas ambiguidades inerentes aos mecanismos usados, na variante europeia, na marcação casual destes argumentos. Não sendo possível, no âmbito desta comunicação examinar pormenorizadamente estas ambiguidades, limitar-me-ei aqui a referir pontualmente a polivalência sintáctica e semântica dos meios lexicais associados à marcação casual dos argumentos OI, nomeadamente:

- o uso da preposição a com argumentos com a FG/OD, desde que apresentem o traço [+ HUM]);

- o emprego do clítico lhe associado a outras papéis e posições sintácticas, v.g. o "dativo ético".

Dos dados aqui apresentados, pode deduzir-se que os fenómenos de variação observáveis numa língua que teve ou tem o estatuto de L2 - como acontece em Moçambique, em que os processos do tipo dos que aqui foram descritos são observáveis no discurso de falantes que têm o Português como L1 ou L2 - devem inscrever-se num quadro explicativo que inclua não só as diferenças entre os valores fixados em L1 e L2 pelas respectivas gramáticas nucleares, mas tenha igualmente em conta as propriedades intrínsecas da gramática da língua que tem o estatuto de L2. Isto significa, na situação específica do Português em Moçambique, que as reanálises que afectam a gramática desta língua são o produto não apenas de diferenças nos valores dos parâmetros fixados nas línguas bantas e na variante europeia do Português, mas também das próprias características internas da gramática do Português europeu. Desta forma, a descrição da gramática núcleo de uma língua que possua um estatuto análogo ao do Português em Moçambique, parece beneficiar de uma metodologia que procure identificar as ambiguidades das evidências fornecidas pela língua-alvo, tanto do ponto de vista da L1 dos falantes como da sua própria organização interna.